

# PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2025

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 2025

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ISNALDO BULHÕES JR.

**Relator:** Deputado JOSÉ PRIANTE

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, de autoria do(a) ilustre Deputado ISNALDO BULHÕES JR., pretende alterar a Lei Complementar nº 200/2023 (Novo Arcabouço Fiscal), para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164/2025 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 1.295/2025), e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais.



Em seu art. 1º, são feitas as seguintes alterações da Lei Complementar nº 200/2023:

- a inclusão dos seguintes incisos ao § 2º do art. 3º, que excluem do câmputo dos limites de despesas primárias, respectivamente:
  - inciso X - despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164/2025 (vinculação adicional de 5% dos recursos do Fundo Social para essas áreas, nos termos de lei específica, no prazo de 5 anos); e
  - inciso XI - despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas;
- a inclusão do art. 14-A, que estabelece que as despesas art. 6º da Lei nº 15.164/2025 não serão consideradas na apuração do resultado fiscal, nem nos pisos previstos no inciso I do § 2º do art. 198 (saúde) e no art. 212 (educação), ambos da Constituição Federal.

O art. 2º dispõe que as despesas temporárias de educação pública e saúde (art. 6º da Lei nº 15.164/2025, terão, a cada ano, definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) os percentuais destinados à saúde e à educação; e as ações prioritárias para alocação dos recursos.

A matéria foi despachada às Comissões de Saúde - CSAUDE, de Educação - CE, de Finanças e Tributação - CFT (mérito e Art. 54 do RICD), e Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC (Art. 54 do RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR



## II.1. Mérito

Em nosso ver, a proposta apresentada é meritória e deverá ser aprovada, considerando a necessidade de se assegurar que os recursos da vinculação temporária de 5% do Fundo Social sejam, de fato, destinados para as áreas de saúde e de educação, resultando em aumento de recursos para essas áreas, no valor de, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão por ano. Se esse valor não for contingenciado e sem o disposto neste PLP, esse R\$ 1,5 bilhão adicional implicará a compressão de montante equivalente de gastos discricionários. Desse modo, sem a aprovação dessas mudanças no Novo Arcabouço Fiscal, a vinculação estabelecida no art. 6º da Lei nº 15.165/2025 poderia ser compensada pela redução de outras despesas discricionárias, inclusive dentro da saúde e da educação.

Além disso, a proposta estabelece que a lei específica que irá fazer a divisão interna de recursos dessa vinculação entre saúde ou educação será a própria LDO. Assim, caberá ao Poder Executivo Federal definir quais serão os percentuais e as ações prioritárias para alocação dessas despesas.

Portanto, consideramos que a proposição deverá ser aprovada sem alterações.

## II.2. Adequação orçamentário-financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

Da análise do projeto, observa-se que este retira do rol de despesas sujeitas aos limites individualizados para o montante global das



dotações orçamentárias parte dos recursos do Fundo Social, bem como relativos a despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas. Além disso retira as despesas temporárias de educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164/ 2025 do cálculo da meta fiscal. Assim a matéria não cria novas despesas, apenas viabiliza sua execução orçamentária financeira, não impactando diretamente em créditos orçamentários do exercício atual ou futuro, apenas ampliando a possibilidade de alocação de recursos da União.

Em face do exposto, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PLP nº 163/2025.

### **II.3. Pressupostos de constitucionalidade**

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 165, de 2025.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, por se tratar de normas gerais sobre o Direito Financeiro (Constituição Federal, art. 24, inciso I e § 1º).

Com relação à juridicidade, o Projeto de Lei Complementar nº 165, de 2025 se revela adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.



## II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025.

No âmbito da Comissão de Educação, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado JOSÉ PRIANTE  
Relator

2025-16379

